



XXI Plenária Nacional do Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação (FNDC)

13, 14 e 15 de abril

São Paulo (SP)

Tese de conjuntura

A XIX Plenária do Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação, realizada em abril de 2016, se deu no olho do furacão golpista, poucos dias depois da votação, na Câmara dos Deputados, do afastamento da presidenta Dilma Rousseff. De lá para cá, nestes dois anos que separam aquele debate desta XXI Plenária do FNDC, que acontece agora, ainda estamos vivendo não apenas as consequências do golpe midiático, jurídico, parlamentar, mas, mais do que isso, seu embrutecimento profundo, com a intervenção militar no Rio de Janeiro, o assassinato de Marielle Franco e as ameaças a defensores de direitos humanos, e a prisão ilegal do ex-presidente Lula. É de salientar, ainda, nesta conjuntura, a participação vergonhosa e parcial da mídia brasileira, com expressão nas grandes corporações de comunicação de massa e nos monopólios econômicos, na arbitrária e inconstitucional prisão de Lula. A faceta da mídia golpista e da ausência de democracia na comunicação – onde deveria haver espaço as outras narrativas se afirmarem – contribuíram para a escalada do Estado de Exceção e para referendar a ruptura dos preceitos constitucionais assegurados desde 1988. Cabe apontar que essa prisão ilegal abre precedentes absurdos que ferem a presunção de inocência para qualquer cidadão e desconstituem a democracia brasileira.

Isso implica tanto a não concretização de projetos essenciais para a sociedade — entre os quais nossa luta inclui o marco regulatório das comunicações — quanto um distanciamento cada vez maior dessas pautas. O objetivo do golpe é sufocar as lutas democráticas e garante os interesses de uma elite que tenta, a todo custo, manter seus próprios privilégios à custa dos direitos sociais que ataca.

O termo “midiático” não foi empregado à toa. É justamente o oligopólio midiático no Brasil que tem cumprido à risca o papel de endossador do golpe. É ela, a chamada “grande mídia”, pertencente a menos de uma dezena de famílias, que manipula dados e informações a fim de convencer a população de que é preciso cortar gastos para o país não quebrar, é preciso cortar aposentadorias para a Previdência Social não quebrar, é preciso cortar direitos trabalhistas para a economia não quebrar — tudo isso enquanto ajuda, ela mesma, a quebrar o trabalhador e toda a população. Na verdade, a quebrar o próprio país, uma vez que nenhuma das agendas regressivas em curso nas áreas econômica, política e social, todas na contramão da redução da desigualdade, tem eficácia em evitar a deterioração das contas públicas.

Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação – FNDC

Setor Comercial Sul, Quadra 6 – Ed. Presidente, sala 206, nº141 – CEP: 70.327-900 – Brasília (DF)

secretaria@fndc.org.br – www.fndc.org.br

(61) 3224.8038



37 O papel central da mídia no processo ilegal de impeachment de Dilma Rousseff foi
38 debatido, em maio do ano passado, durante o 3º Encontro Nacional pelo Direito à
39 Comunicação (3ENDC), realizado em Brasília. A discussão apontou como os grandes
40 meios de comunicação atuaram de forma partidarizada, ao lado de setores da burguesia
41 e dos poderes Legislativo e Judiciário, para tecer uma narrativa que supostamente
42 justificasse a destituição da presidenta. Narrativa tão bem tecida que incutiu na mente de
43 grande parte da população o discurso de que o impeachment concretizava o ideal da luta
44 contra a corrupção, mesmo que Dilma não tivesse sido denunciada, ao passo que seus
45 acusadores e detratores, sim. É provável que, ainda hoje, boa parte de quem comprou
46 esse discurso não saiba que o motivo do processo movido contra a presidenta não foi
47 qualquer acusação de corrupção, mas as manobras contábeis praticadas pelo Tesouro
48 Nacional, com o atraso de repasse para bancos financiadores de despesas do governo
49 com benefícios sociais e previdenciários, ajudando a fechar as contas de um
50 determinado período ao jogar a fatura para o período seguinte — o que, de acordo com
51 vários especialistas, não constitui crime de responsabilidade.

52 A imposição de um limite para os investimentos públicos (Emenda Constitucional 95)
53 foi uma das primeiras e principais medidas do governo golpista para consolidar esse
54 projeto. Com essa exclusão do povo e das políticas públicas essenciais do orçamento do
55 país sofreram a saúde (cada vez mais sucateada), a educação (mais e mais à mercê da
56 sanha privatista), a ciência e tecnologia, a assistência social, a segurança pública e, bem
57 como, a comunicação pública, com o desmonte da Empresa Brasil de Comunicação
58 (EBC) e da Telecomunicações Brasileiras S/A (Telebras).

59 Essa medida serviu para inibir a capacidade do Estado de promover a infraestrutura
60 essencial à produção e ao desenvolvimento social e foi determinante para abrir espaço
61 para as demais ações levadas a cabo pelo governo ilegítimo, da reforma do ensino
62 médio à reforma trabalhista, favorecendo a privatização de serviços públicos e a entrega
63 de empresas e bens públicos ao capital. A conclusão é lógica: se o Estado, limitado pelo
64 teto de gastos, abre mão de seu papel de atender às demandas presentes e futuras
65 relacionadas às políticas públicas e aos direitos constitucionais pelos quais tem o dever
66 de zelar, cria-se uma reserva de mercado a ser avidamente explorada pelo setor privado
67 e pelo mercado financeiro. Desse modo, instrumentos imprescindíveis à construção de
68 um projeto de desenvolvimento nacional e soberano — educação pública, saúde
69 pública, comunicação pública — são destruídos.

70 A Lei 13.467/2017, da reforma trabalhista, sancionada em 13 de julho do ano passado e
71 em vigor desde 11 de novembro, foi um segundo passo nessa manobra. Ao privilegiar a
72 descaracterização e a informalidade das relações de trabalho, ela exclui dos
73 trabalhadores também o próprio direito de acesso à Justiça do Trabalho, bem como
74 individualiza as regras que ainda restam — afetando em cheio o movimento sindical e a
75 coletividade da luta por melhores condições de trabalho —, diminui os custos da mão de



76 obra e o valor do trabalho e coloca a jornada e o tempo do trabalhador à total disposição
77 do empregador.

78 Nesse contexto, uma das categorias mais penalizadas é a dos trabalhadores em empresas
79 de comunicação. Se, já há bastante tempo, jornalistas e radialistas estão entre os que
80 mais sofrem com a “pejotização”, a situação se agrava com a reforma e a Lei
81 13.429/2017, que escancarou a terceirização para todas as atividades econômicas,
82 inclusive as atividades fim das empresas. No caso da comunicação, isso importa dizer
83 que pode haver jornais e emissoras de radiodifusão sem qualquer jornalista ou radialista,
84 sendo todos terceirizados.

85 Aliada à reforma trabalhista e à lei das terceirizações está a reforma da Previdência e da
86 Seguridade Social, que visa, na prática, a reduzir as responsabilidades do Estado na
87 garantia de direitos dos trabalhadores e das parcelas mais pobres da sociedade,
88 excluindo quase 40% dos trabalhadores segurados de seus direitos previdenciários.
89 Enfrentá-las tem exigido uma ampla mobilização social, sendo de extrema importância
90 articulações como as frentes Brasil Popular e Povo Sem Medo.

91 Associada à aprovação da EC nº 95, de congelamento dos gastos sociais, está a
92 aprovação da Medida Provisória 759/2016, que estabelece novas diretrizes legais sobre
93 a regularização de terras urbanas e rurais no país, revoga um conjunto de normativas
94 estabelecidas e frutos da reivindicação popular, como o programa “Minha Casa, Minha
95 Vida” e o Estatuto das Cidades, institucionalizando um cenário de grilagem
96 generalizada e de mercantilização da terra e do espaço urbano.

97 Para completar o cenário, tem-se uma política de privatizações generalizada, por meio
98 da qual empresas públicas e serviços públicos são colocados à venda, disponíveis aos
99 interesses do capital, sobretudo internacional. A massiva campanha de desvalorização
100 da Petrobras, que segue seu fluxo com a continuidade dos desdobramentos da Operação
101 Lava-Jato, é um exemplo disso, ampliado pela cobertura da mídia hegemônica. A
102 operação, aliás, atingiu, na condenação sem provas do ex-presidente Luiz Inácio Lula da
103 Silva, num escancarado julgamento midiático e político, o auge da subserviência da
104 Justiça aos interesses sub-reptícios das forças golpistas para afastar do poder projetos
105 populares de retomada democrática, a serviço do social — mirando, principal e
106 imediatamente, as eleições de outubro de 2018.

107 A polarização do discurso de ódio alimentado pela mídia comercial incentiva a
108 espantosa multiplicação de ações de violência em todo país que serve hoje de
109 argumento à parte dos representantes políticos para dar legitimidade ao cenário do
110 adiamento das eleições. Apesar de outro momento histórico, há fortes semelhanças entre
111 o atual protagonismo político da mídia e o contexto pré-golpe de 1964 na condenação
112 sistemática de temas ligados aos direitos humanos, criminalização do pensamento
113 progressista, desvalorização do serviço público, etc. O FND C deve reafirmar sua defesa



114 intransigente por eleições livres e justas, inclusive assegurando o direito do ex-
115 presidente Lula de ser candidato.

116

117 Longe de estabilizar política e economicamente o país, o impeachment inconstitucional
118 da presidenta Dilma Rousseff mergulhou o Brasil ainda mais fundo na instabilidade e na
119 recessão. Assim, a XXI Plenária do FND C se dá num momento cujas nebulosidade e
120 perversidade chegam a ser maiores do que aquelas que pairavam sobre 2016. Na
121 ocasião, avaliamos corretamente que a presidenta, reeleita em 2014, vinha tomando uma
122 série de medidas equivocadas para enfrentar a crise, privilegiando a aliança com
123 partidos de centro-direita e adotando uma agenda econômica conservadora para agradar
124 ao mercado, totalmente contrária às promessas de mudanças progressistas que haviam
125 garantido sua vitória nas urnas.

126 Entretanto, se já existia um afastamento da base social que elegera Dilma, o
127 rompimento foi definitivo com o governo Temer, que passou a implementar
128 abertamente o programa de gestão neoliberal que havia sido derrotado nas urnas nas
129 eleições de 2014. E, no âmbito da comunicação, se a pauta da democratização e da
130 regulamentação da mídia foi negligenciada mesmo nos governos progressistas de Lula e
131 Dilma, sob o comando de Temer ela parece definitivamente sepultada.

132 A redução da dotação orçamentária para a EBC e o desmonte provocado pela Lei
133 13.417/2017, que extinguiu o Conselho Curador e acabou com o mandato de seu
134 presidente, provocou o esvaziamento de seu caráter público e alterou drasticamente o
135 rumo da empresa, retirando a representatividade da sociedade civil, e tornando o
136 conteúdo cada vez mais atrelado ao governo. Muitas vezes, passa-se do jornalismo
137 independente e público para a publicidade — no sentido original de tornar públicos os
138 atos do governo, ainda que falseando-os — e a propaganda — no sentido de propagar a
139 ideia de que as propostas e ações desse governo, de ataques aos direitos sociais, são
140 pretensamente necessárias e legítimas.

141 A essa desconstrução do ideal da EBC soma-se a perseguição e o assédio moral a seus
142 trabalhadores. Vale lembrar que, em novembro passado, funcionários da empresa
143 entraram em greve contra o congelamento dos salários e a retirada de direitos do acordo
144 coletivo. A paralisação extrapolou a pauta trabalhista, porém, e denunciou o desmanche
145 do papel da EBC na comunicação pública, a sujeição aos interesses do governo e
146 também do mercado — os mesmos interesses responsáveis pelo golpe — e a imposição,
147 aos servidores, de agirem como se estivessem dentro da mídia corporativa. Durante o
148 3ENDC, trabalhadores de diferentes TVs educativas também alertaram sobre o
149 desmonte do caráter público das emissoras e os ataques e perseguições praticados pelos
150 governos estaduais.



151 A Empresa Brasil de Comunicação e as TVs educativas estaduais não são as únicas em
152 risco. O Projeto de Lei da Câmara 79/2016, já mencionado acima, transforma as
153 concessões de telecomunicações em autorizações e transfere uma infraestrutura
154 estratégica da União, avaliada em R\$ 100 bilhões, para o patrimônio privado das
155 operadoras. Na prática, a proposta representa o fim da universalização dos serviços de
156 telecomunicações, podendo elevar preços de conexão e deixar regiões interioranas
157 desconectadas. A matéria chegou a ser enviada para a sanção presidencial, mas um
158 mandado de segurança foi impetrado junto ao Supremo Tribunal Federal (STF) para que
159 o Senado não envie o PLC 79/2016 à sanção presidencial sem que antes seja apreciado
160 pelo Plenário, situação que permanece pendente.

161 Além disso, o projeto do Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicações
162 Estratégicas (SGDC), cujo objetivo inicial era prestar serviço de banda larga em
163 localidades ainda não atendidas, escolas rurais, postos de saúde, de fronteira,
164 interconexão de órgãos de governo, que estava sob responsabilidade da Telebras para
165 implantação, foi completamente desfigurado. A prioridade do atendimento social foi
166 substituída pela privatização da capacidade do satélite para grandes corporações, as
167 quais não têm qualquer compromisso de atendimento, tarifa e regionalização. Isso
168 significa que essas empresas poderiam comercializar ou revender essa capacidade em
169 todo o território nacional, prejudicando o direito básico de acesso à informação para a
170 população mais pobre. Um contrato com a norte-americana Viasat já foi assinado em
171 fevereiro de 2018, prevendo que a empresa estrangeira forneça a infraestrutura terrestre
172 para funcionamento do SGDC.

173 As empresas de telecomunicações não foram as únicas a ganhar presentes de Temer.
174 Também em dezembro de 2016, foi publicada no Diário Oficial da União a portaria do
175 Ministério de Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações que modifica o
176 Regulamento de Sanções Administrativas previstas para os canais de radiodifusão que
177 descumprirem a legislação em vigor no Brasil, tornando mais difícil cassar suas
178 concessões. As mudanças no marco regulatório do setor foram confirmadas no Diário
179 Oficial da União, já como lei, no dia 29 de março de 2017. Com as alterações, todo
180 concessionário que tenha perdido o prazo para renovar suas outorgas ganhou 90 dias
181 para fazê-lo, tendo sido excluído do texto da lei a previsão de cumprimento de “todas as
182 obrigações legais e contratuais” e o atendimento “ao interesse público” como requisito
183 para o direito à renovação das outorgas. Além disso, quaisquer alterações nos objetivos
184 sociais das empresas concessionárias feitas ilegalmente, sem a autorização do
185 ministério, assim como cessões de cotas e ações que alterassem o controle societário das
186 empresas, ganharam 60 dias para informar o governo das mudanças, sem qualquer
187 prejuízo para continuarem funcionando normalmente.

188 A comemoração das empresas pelas mudanças nas regras demonstra o quanto, mesmo
189 quando supostamente há acesso à informação, ela é comprometida. A Carta de Brasília,
190 documento final do 3ENDC, atestou como o Brasil, que já era um dos países com maior



191 concentração nas comunicações do mundo, passou, com o golpe político, jurídico e
192 midiático, a um estado de completa ausência de pluralidade e diversidade no debate
193 público, à qual se juntaram crescentes casos de violação da liberdade de expressão e do
194 direito à informação.

195 Vários títulos emblemáticos do jornalismo independente cessaram de circular, como a
196 versão impressa da revista Caros Amigos, ou estão com grandes dificuldades para se
197 manter (casos de Le Monde Diplomatique, Opera Mundi, Carta Maior, etc.). A lista
198 deve continuar aumentando, já que o governo resolveu cortar o apoio da verba
199 publicitária para blogs, mídia comunitária ou independente. Com isso, enfraquece ainda
200 mais o espaço, já pequeno, da comunicação diversa e plural que cumpre seu papel
201 politizador da sociedade em prol do interesse geral. Isso precisa nos chamar atenção em
202 relação à nossa responsabilidade perante o direito à comunicação do povo brasileiro.
203 Com o sufocamento do debate contraditório e o monopólio de uma propaganda política
204 disfarçada de jornalismo, quem serão os brasileiros que defenderão uma mídia
205 democrática se não nos aplicamos a mobilizá-los? O enfraquecimento do tema da
206 democratização da mídia, inclusive no próprio campo progressista, é preocupante e
207 justifica uma reflexão aprofundada sobre nossos mecanismos de mobilização e
208 sensibilização da sociedade. O golpe também aprofundou a repressão aos
209 comunicadores populares e comunitários, incluindo ampliação da criminalização contra
210 blogueiros, além do aumento de casos de censura contra jornalistas e radialistas nas
211 redações.

212 Nos últimos anos, intensificando-se a partir do golpe, há um cenário de riscos à vida e
213 livre manifestação política dos/as defensores/as de direitos humanos. A perseguição e
214 criminalização de comunicadores e lideranças sindicais, populares, do campo, da
215 floresta, indígenas, quilombolas e vítimas dos megaempreendimentos conta com o
216 silêncio do Judiciário e da grande mídia, além de estar em consonância com vários atos
217 dos governos neoliberais: a lei antiterrorista, os interditos proibitórios (onde dezenas de
218 sindicatos nos últimos anos tiveram a sangria de seus cofres por meios de multas
219 altíssimas diárias), culminando com a Intervenção Militar Federal no Rio de Janeiro e
220 distorção da luta da vereadora Marielle Franco (PSOL-RJ) em defesa dos direitos
221 humanos por diversos veículos de comunicação.

222 A campanha “Calar Jamais”, lançada em 2016 pelo FND C, tem recebido, coletado e
223 tornado públicas denúncias sobre ataques à liberdade de expressão no Brasil, bem como
224 violações de direitos humanos praticadas pelos meios de comunicação, sobretudo no
225 que diz respeito ao racismo e à violência de gênero. É provável que o quadro se agrave
226 com a criação do Ministério de Segurança Pública e a intervenção federal no Rio de
227 Janeiro, que representam afrontas à liberdade de expressão, com o fichamento dos
228 moradores, a exigência de cadastro dos jornalistas e veículos de comunicação antes de
229 coletivas com gerais do exército e o envio de perguntas por escrito.



230 Outra campanha importante em andamento é a “Seus dados são você”, encabeçada pela
231 Coalizão Direitos na Rede. Essa ação busca alertar as pessoas para os riscos do uso feito
232 por empresas e instituições públicas das informações pessoais e chamar a atenção para a
233 necessidade da aprovação de uma lei que garanta a proteção dos dados pessoais de cada
234 indivíduo. O tema está em discussão no Congresso Nacional por meio do Projeto de Lei
235 5.276/2016, que “dispõe sobre o tratamento de dados pessoais para a garantia do livre
236 desenvolvimento da personalidade e da dignidade da pessoa natural”.

237 É fundamental que a narrativa golpista seja combatida por uma narrativa contra-
238 hegemônica. E é justamente por saber que a disputa de discurso é essencial que o
239 governo Temer e seus aliados têm atacado a comunicação pública e a luta pela
240 democratização dos meios de comunicação. Por isso, nas eleições que acontecerão em
241 outubro de 2018, é primordial cobrar o compromisso de cada candidato e candidata com
242 a esta pauta.

243 O processo eleitoral, contudo, apresenta outros desafios. Um deles é o quadro eleitoral
244 disperso, tanto para as forças de esquerda quando para as da direita. Pela esquerda, há
245 tanto a luta pela liberdade e o direito à candidatura de Lula quanto a busca por nomes
246 alternativos, como a pré-candidatura de Manuela D'Ávila, pelo PCdoB e a pré-
247 candidatura de Guilherme Boulos, pelo PSOL. Também há a candidatura de Ciro
248 Gomes, do PDT, que procura se posicionar num campo progressista, mas que não
249 demonstra fôlego para aglutinar toda a esquerda.

250 Por sua vez, a direita também não conseguiu produzir uma candidatura que unifique o
251 campo político e econômico que patrocinou o golpe. Um setor mais reacionário aposta
252 no discurso ultra direitista de Jair Bolsonaro, que é o candidato da direita melhor
253 posicionado nas pesquisas de intenção de voto. A mídia, que promoveu Bolsonaro, tenta
254 passar à população a ideia de que Bolsonaro é a direita, Lula é a esquerda e todo o resto
255 dos candidatos do *establishment* são de centro. Numa manobra narrativa, a chapa
256 Geraldo Alckmin – Henrique Meirelles é chamada de centro pela mídia hegemônica,
257 que tenta tornar mais palatável a agenda neoliberal para a sociedade. Buscam-se,
258 também, alternativas da direita em nomes de “fora da política”. Nessa perspectiva, a
259 mídia golpista novamente cumpre seu papel, porque ela é quem projeta a imagem dessas
260 figuras “empreendedoras” e “apolíticas” como salvadoras da pátria. É ela também que
261 reforça os ataques dos candidatos alinhados com seus interesses à comunicação pública.

262 A direita também prepara uma ofensiva contra a liberdade de expressão, em particular
263 de olho no período eleitoral, sob o pretexto de se combater a disseminação de notícias
264 falsas na internet – fake news. Tanto é que o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) criou um
265 Conselho Consultivo com a missão de elaborar uma resolução sobre o tema para as
266 eleições de 2018, contando com a participação do Exército e da Agência Brasileira de
267 Inteligência (Abin), da Polícia Federal que tem se especializado em tratar movimentos
268 populares e ativistas como inimigos internos a serem combatidos.



269 No Parlamento, tramitam vários projetos de lei com esta pauta. Dois deles (PL 6812/17
270 e 7604/17), ambos de autoria do deputado federal Luiz Carlos Hauly (PSDB-PR),
271 pretendem tornar crime a prática de divulgar ou compartilhar “informação falsa ou
272 prejudicialmente incompleta em detrimento de pessoa física ou jurídica”, multando em
273 50 milhões de reais por post as plataformas que não apagarem este tipo de publicação de
274 seus usuários em até 24 horas.

275 O grave é que os defensores dessas medidas não parecem ter consciência de que, na
276 maior parte das vezes, o cidadão comum sequer tem informações ou estrutura para
277 verificar a veracidade de um conteúdo que circula pela internet.

278 Iniciativas de empresas de mídia, organizações não governamentais e de plataformas
279 têm desenvolvido iniciativas e parcerias para checagem de fatos e “classificação” do
280 que é verdade ou não na internet, chamados de fact checking. Mas a questão que deve
281 ser feita é: cabe ao estado ou à iniciativa privada classificar uma notícia como
282 verdadeira ou falsa? Criar um ranking ou selo de qualidade para o jornalismo online?
283 Essas medidas podem abrir graves precedentes para a circulação da informação, e
284 podem flertar perigosamente com a censura e a violação à liberdade de expressão.
285 Ainda mais quando tal análise se restringirá à informação distribuída na internet.
286 Notícias falsas, imprecisas, manipuladas sempre existiram e foram distribuídas por
287 emissoras de rádio, televisão, jornais e revistas.

288 A mídia tradicional enxerga no fenômeno uma oportunidade de tentar recuperar sua
289 credibilidade junto à população, reivindicando serem detentores da verdade, quando, na
290 prática, manipulam as informações e não cumprem seu papel. Sim, é grave que as fake
291 news tenham influenciado ou até mudado resultados eleitorais na Europa ou nos
292 Estados Unidos. Mas esse não é um serviço ao qual mídia brasileira também se presta
293 em todos os processos políticos no país?

294 Reafirmar o princípio da liberdade de expressão e de imprensa e o direito à
295 comunicação e à informação como direitos fundamentais para o desenvolvimento de
296 uma sociedade verdadeiramente democrática, assim como defender os princípios de
297 proteção da privacidade assegurados pelo Marco Civil da Internet, faz-se urgente e
298 necessário.

299 Não bastassem as ofensivas do governo golpista sobre a Internet livre, diversos
300 segmentos empresariais (como operadoras de telecomunicações, plataformas e
301 conglomerados audiovisuais) e de forças políticas (como grupos religiosos) vêm
302 operando no Congresso para desfigurar o Marco Civil da Internet e aprovar legislações
303 com prejuízos graves à web no país, atentando contra a liberdade de expressão,
304 aprofundando o vigilantismo e ameaçando a neutralidade de rede, entre outros pontos.

305 Assim como o oligopólio das comunicações traz prejuízos apontados na presente tese,
306 os monopólios digitais internacionalizados ameaçam a diversidade na Internet



307 concentrando a mediação da circulação de conteúdos na rede. Grupos como Google,
308 Apple, Facebook, Microsoft e Amazon têm cada vez mais poder na organização da
309 produção, difusão e consumo de serviços e conteúdos online. Situações como o
310 escândalo envolvendo o Facebook e a empresa britânica Cambridge Analytica são
311 apenas a ponta do iceberg de uma nova lógica de atividades baseadas na coleta e
312 processamento de dados, bem como em aplicações inteligentes (a partir de Inteligência
313 Artificial), que não apenas hegemoniza o setor das Tecnologias da Informação e da
314 Comunicação como se espalha para o conjunto da economia e assume condição de
315 agenda prioritária de governos e organismos internacionais. Esses serviços baseados em
316 dados influenciam não apenas a economia, mas a cultura e a política, chegando
317 inclusive a ter papel decisivo em eleições. Sendo assim, a Internet não pode ser mais
318 concebida de maneira descolada deste processo e dos impactos nas mais variadas
319 esferas da sociedade. Neste sentido, e no esteio deste escândalo e de fenômenos como as
320 chamadas “notícias falsas”, ganha corpo o debate sobre a regulação das diversas
321 camadas da Rede, da infraestrutura às aplicações e conteúdos. Parte desta agenda é
322 capturada pelo empresariado do setor e articulada a partir de autoridades regulatórias de
323 telecomunicação, como a Anatel.

324 Despertar cada vez mais a classe trabalhadora, o movimento sindical, os povos nativos,
325 as comunidades tradicionais, a juventude, os movimentos sociais urbanos e rurais para a
326 importância estratégica da comunicação como a principal e imprescindível ferramenta
327 para enfrentar o golpe que segue em marcha e suas consequências. Esses são alguns dos
328 desafios que o FND C deverá enfrentar no próximo período.